

35º Encontro Anual da ANPOCS

Caxambu - Brasil

24 a 28 de outubro de 2011

GT01 - Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura

FALE COM O DEPUTADO?

**UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS PARLAMENTARES EM
RELAÇÃO À INTERAÇÃO VIRTUAL COM OS CIDADÃOS**

Marcus Abílio Pereira (UFMG)
Marjorie Corrêa Marona (UFMG)
Pedro Cisalpino Pinheiro (UFMG)

Palavras-chave: Democracia digital, internet, parlamento, interação

INTRODUÇÃO

Democracias em todo o mundo têm sofrido com problemas como a corrupção, falta de transparência, influência de grupos econômicos sobre os governos e relações hierarquizadas de poder, que acabam por dificultar a participação popular nos processos decisórios. As conseqüências deste cenário entre outras, são: perda de confiança no sistema político-partidário, ausência de identificação com os representantes, diminuição no número de filiações nos partidos políticos e da participação de cidadãos nos processos eleitorais e o aumento da apatia política. Do ponto de vista empírico podemos perceber a crise¹ deste modelo através das patologias da representação e da participação². As conseqüências destas patologias são também conhecidas, tais como a perda da legitimidade do próprio sistema político. Para além destas duas patologias encontramos, nos países do Sul, *uma profunda insatisfação com os resultados dessas democracias em termos de justiça social, eficácia governamental e inclusão política* (Dagnino, 2006:13).

A conexão entre o aumento da informação política disponível na internet e o conseqüente incremento do nível de conhecimento dos cidadãos têm chamado a atenção de muitos autores (Norris, 2001; Davis, 1999; Rheingold, 1993, Bimber, 1998) assim como a perda de controle da produção da agenda pelos *gatekeepers* - meios massivos e atores políticos (Chadwick & Howard, 2010; Brundidge & Rice, 2010). Portanto, uma das possíveis soluções para os problemas de nossas democracias seria a ampliação dos canais de informação e comunicação entre representantes e representados. Dado que a democracia é uma forma de governo que depende fundamentalmente da informação e comunicação, as novas TICs poderiam fortalecer a dinâmica democrática, dado que uma sociedade livre só existe realmente quando cidadãos são bem informados e a comunicação entre eles ocorre sem constrangimentos (Barber, 1999).

¹ Apesar de ter se tornado quase senso comum a crítica à democracia representativa liberal como a responsável pelos baixos índices de participação, alguns autores sustentam que há na verdade uma mudança no padrão da acção política. Segundo estes autores, os cidadãos continuariam ativos, mas de formas distintas daquelas até então reconhecidas como válidas (Norris, 2002; Skocpol, 1999).

² A patologia da representação está relacionada à sensação que os cidadãos possuem de não serem devidamente representados. A patologia da participação está relacionada, entre outras coisas, aos índices de abstencionismo nas eleições democráticas, a diminuição do número de trabalhadores sindicalizados e também da diminuição da mobilização popular através de diferentes instituições tais como igrejas e associações.

Na década de 1990, grande parte da literatura sobre democracia digital sustentava a ideia dos potenciais democratizantes do uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), através do desenvolvimento de novos mecanismos de participação política e deliberação pública, de prestação de contas e de novos canais de interlocução entre representantes e representados, que poderiam colaborar para a diminuição da assimetria informacional e o conseqüente enriquecimento do repertório de informações sobre os interesses dos cidadãos (Norris, 2001; Davis, 1999; Rheingold, 1993, Bimber, 1998)

A partir dos anos 2000 o campo de pesquisa sobre democracia digital passou a acumular um conjunto de trabalhos empíricos que acabou por relativizar as altas expectativas criadas em torno do uso da internet e seus potenciais emancipatórios. Apesar de todas as possibilidades e expectativas em relação ao aumento do acesso e à diversificação de canais produtores de informação, que poderiam se converter em um maior engajamento político por parte do cidadão comum, o acesso à informação proporcionada pela mídia online não levou diretamente ao incremento da participação política dos cidadãos, (Bimber, 2001; Papacharissi, 2010, Brundidge and Rice, 2010; Hindman, 2008).

No caso brasileiro, o desenvolvimento de mecanismos de participação política através do uso da internet tem promovido novas possibilidades de interação entre o sistema político e a sociedade civil. Estas novas possibilidades são importantes, pois permitiriam o fortalecimento dos mecanismos de interlocução entre cidadãos e seus representantes eleitos, diminuindo assim a assimetria informacional entre eles e enriquecendo o repertório de informações sobre os interesses dos cidadãos (Fátima e Nunes, 2006).

Grande parte das pesquisas desenvolvidas sobre democracia digital no Brasil centra-se, por um lado, na avaliação do grau de democracia digital existente nos portais governamentais através de pesquisas sobre o que é disponibilizado para o cidadão, tais como informações, prestação de serviços e alguns mecanismos de comunicação (Braga, 2007, 2008; Gomes, 2005; Marques, 2006; Silva; 2005). Por outro lado, estudos acerca da funcionalidade e usabilidade dos portais existentes, da *oferta* de informações disponibilizadas e da análise da *qualidade* dos serviços oferecidos

virtualmente pelo Estado (Vilella, 2003; Simão e Rodrigues, 2005; Furquim, 2004, Braga, 2007, 2008; Marques, 2010) também conformam a agenda de pesquisa da área.

Pressupondo que as novas TICs poderiam colaborar para o aprofundamento democrático, revertendo em parte o déficit de representação e participação, e que a agenda de pesquisa do campo da democracia digital ainda se encontra em fase de conformação no Brasil, é que nos propomos a realizar um diagnóstico do perfil dos parlamentares federais (legislatura 2007-2010), que se apropriam dos novos canais de informação e comunicação virtuais existentes, especificamente através da análise da ferramenta virtual “*Fale com o Deputado*”, presente no portal eletrônico da Câmara dos Deputados.

Sem a pretensão de esgotarmos todas as possibilidades de análise em relação à temática, esta pesquisa busca colaborar com o desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas virtuais de interação que possam induzir a participação daqueles parlamentares que, por motivos distintos, estão menos presentes nos processos de interação virtual com os cidadãos.

O OBJETO - A FERRAMENTA ONLINE “FALE COM O DEPUTADO” DO PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No Brasil, a Câmara dos Deputados têm procurado ampliar os espaços de participação eletrônica na busca por uma governança forte, através de seu portal eletrônico³, buscando restaurar a legitimidade do sistema político e contribuindo para novas formas democráticas de interação entre o setor público e a sociedade civil. Este portal busca a ampliação de mecanismos de participação, transparência e controle social. Foram desenvolvidos mecanismos de interação entre cidadãos, funcionários públicos e deputados federais⁴. O relatório das Nações Unidas de 2008, que discorre sobre as experiências de governo eletrônico em diferentes países, reconhece e destaca a iniciativa do governo brasileiro, através de seu portal da Câmara dos Deputados, como relevante para o desenvolvimento e fortalecimento da participação eletrônica. Segundo o documento:

³ <http://www2.camara.gov.br/>

⁴ Para uma análise de todo o Portal da Câmara ver Marques, 2008, 2010 e Braga, 2007

The Brazilian House of Representatives website allows citizens to talk to their representatives and to participate in debates directly through the internet. This form of e-participation has enhanced the interaction between citizens and Members of Parliament. In a country as vast as Brazil and with a geographically dispersed population, online participation has provided citizens with a greater voice in the creation of policies and laws. (Online)⁵

O link “Fale com o Deputado”⁶ é um entre outras possibilidades de interação entre os parlamentares e os cidadãos brasileiros. No Portal da Câmara temos também outros espaços de participação popular, tais como blogs, salas de bate papo, “sua proposta pode virar lei” e ouvidoria parlamentar. Todo este conjunto de espaços interativos demonstra uma preocupação de nossos representantes em reduzir a distância entre os mesmos e os cidadãos, diminuindo assim a assimetria informacional entre ambos.

De acordo com o próprio site, o link acima citado não é um espaço para denúncias, mas sim para sugestões, reclamações, elogios e solicitações. Disponibiliza o nome de todos os deputados e deputadas, os partidos políticos e unidades da federação. O remetente deve obrigatoriamente disponibilizar seu nome e email de contato, podendo ainda preencher uma caixa de texto com comentários sobre a questão levantada. As mensagens poderão ser enviadas para um ou mais deputados.

Apesar da disponibilização de todas estas ferramentas de interação entre parlamentares e cidadãos, uma questão que consideramos relevante se mantém: *Estariam estes canais de interação digital sendo devidamente utilizados pelos deputados federais?* Trata-se de uma questão chave sobre os espaços de interação entre parlamentares e cidadãos nos sites dos parlamentos, e se relaciona à existência ou não de *feedback* por parte dos parlamentares e/ou seus assessores⁷. Para além das análises já desenvolvidas pela literatura em relação aos motivos para a não apropriação das tecnologias, tanto por parte dos atores estatais quanto por parte dos cidadãos (Marques, 2010, Pereira *et al*, 2011, Fugini *et al*, 2005) queremos aqui analisar algumas variáveis independentes: IDH por regiões, grau de associativismo por Estado e acesso à internet das regiões de origem dos parlamentares, gênero, faixa etária e ideologia dos partidos políticos dos parlamentares na busca pela compreensão

⁵ <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/UN/UNPAN028607.pdf>

⁶ <http://www2.camara.gov.br/participe/fale-com-o-deputado>

⁷ Apenas para exemplificar, segundo uma pesquisa desenvolvida em 2003 sobre parlamentares da União Européia, apenas 21.4 por cento respondeu ao email enviado pelos pesquisadores (Kies, 2010).

das razões que levariam à utilização ou não da ferramenta digital “Fale com o Deputado”.

METODOLOGIA

Este trabalho visa investigar as possíveis causas do envio de mensagens por cidadãos para determinados parlamentares e também as possíveis causas que poderiam colaborar para a compreensão das razões que fariam com que os parlamentares respondessem ou não as mensagens recebidas através da ferramenta “Fale com o Deputado”. Ao longo da 53ª legislatura da Câmara dos Deputados, que corresponde ao período entre fevereiro de 2007 e fevereiro de 2011, 636 deputados, titulares ou suplentes, exerceram ao menos um dia de mandato. Dentro deste universo, através da página “Conheça os Deputados”⁸ (dentro do portal da Câmara dos Deputados⁹), foram identificados aqueles que exerceram ao menos um dia de mandato no período entre 31 de julho e 31 de dezembro de 2010, sendo, ao todo, 532 parlamentares. O período foi selecionado em decorrência do levantamento das mensagens recebidas e respondidas pelos parlamentares (variáveis dependentes) através da ferramenta “Fale com o Deputado” fornecido pela Câmara dos Deputados.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Primeiramente analisamos, dentro do universo de todos os representantes da Câmara dos Deputados, quais foram os parlamentares que receberam mensagens de cidadãos através da ferramenta “*Fale com o deputado*” (no período de 01/07/2010 até 31/12/2010), e o número de mensagens recebidas. Buscamos estabelecer relações entre esta variável dependente (contínua) e um conjunto de variáveis independentes construídas a partir de dados secundários, tais como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados de origem; filiação partidária do parlamentar; existência de processos judiciais tendo o parlamentar como réu; e índice de associativismo dos estados de origem do parlamentar; acesso à internet por região; existência virtual do parlamentar

Na segunda etapa o universo pesquisado foi apenas aquele dos deputados que receberam alguma mensagem através do mesmo link. Buscamos relacionar aqueles

⁸ <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa>

⁹ <http://www2.camara.gov.br/>

que responderam (variável dependente contínua) com um conjunto mais amplo de variáveis independentes construídas a partir de uma série de dados secundários que incluem, além dos já citados acima, gênero e faixa etária dos parlamentares¹⁰.

Num primeiro momento procedemos à análise descritiva dos dados, posteriormente realizamos testes de nossas hipóteses, verificando a correlação entre as variáveis independentes e dependentes que trabalhamos para, enfim, estimar os efeitos das primeiras sobre as últimas, através de uma análise de regressão. A seguir iremos analisar cada uma das variáveis independentes a partir das duas variáveis dependentes de nossa pesquisa, ou seja: quais parlamentares recebem mensagens do link “Fale com o deputado” e quais parlamentares respondem a estas mensagens recebidas.

IDEOLOGIA PARTIDÁRIA

A literatura tem afirmado que, no caso brasileiro, partidos mais à esquerda tendem a ter relações mais horizontalizadas e buscam um maior contato com a sociedade civil (Avritzer e Navarro, 2003; Dagnino, 2006) além de utilizarem a web com mais intensidade que partidos de direita e centro (Pereira *et al*, 2011; Cruz, 2011; e Marengo e Serna, 2007). Uma vez no governo estes partidos também buscam uma maior interação com a sociedade, buscando a construção de espaços de partilha decisória, tais como o Orçamento Participativo. Os partidos de esquerda partilham a princípio um projeto político democrático participativo, onde a participação é concebida fundamentalmente como o compartilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões relativas ao interesse público (Dagnino, 2006). Neste sentido, temos a seguinte hipótese:

H - os deputados de partidos de esquerda, por terem práticas mais participativas, teriam uma maior interação com seus eleitores e bases. Isto significaria uma maior propensão à interação parlamentar- cidadão, inclusive através das novas tics. Desta forma, os parlamentares de esquerda receberiam mais mensagens através do “Fale com o deputado” e também responderiam mais às mensagens recebidas que os parlamentares de centro e de direita.

¹⁰ Também buscamos na página “Conheça os Deputados” os dados secundários: Nome; Idade (sendo esta considerada a idade em anos no dia 14 de maio de 2011); Partido; Gênero e Unidade da Federação – classificada segundo numeração adotada pelo IBGE (pela qual foi eleito).

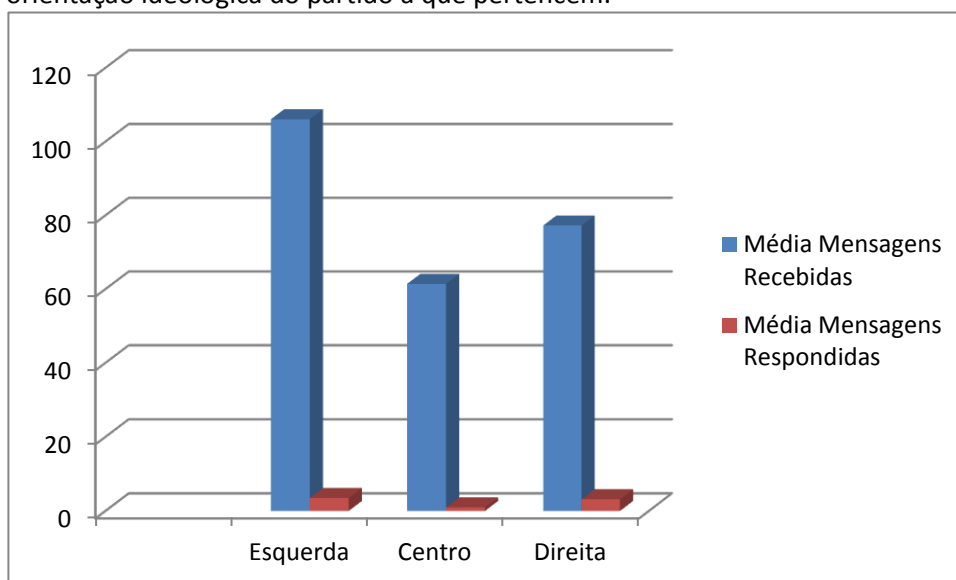
A variável independente discreta, “Ideologia”, foi utilizada com base no projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação”, de responsabilidade do Centro de Estudos Legislativos - DCP/UFMG - Castro, Nunes e Anastasia (2009). Para a utilização nesta pesquisa, a variável contínua “ideologia média”, foi transformada em variável discreta e considera a orientação do partido entre direita e esquerda segundo classificação dos parlamentares -membros e não membros do partido - (sendo 0 a inclinação mais à esquerda e dez à direita) . Os partidos que obtiveram ideologia média entre 0,0 e 4,00 foram classificados como partidos de esquerda, aqueles que pontuaram entre 4,01 e 6,00 foram classificados como partidos de centro, aqueles classificados acima de 6,00 foram classificados como partidos de direita. Temos abaixo a tabela das médias de mensagens recebidas e respondidas pelos parlamentares dos partidos com representação na Câmara dos Deputados no período por nós analisado:

Partido	Média de mensagens recebidas pelos deputados	Média de mensagens respondidas pelos deputados
PRB	65	0,5
PP	89,57143	0,71
PDT	93,81818	1,54
PT	90,60494	3,11
PTB	127,48	16,44
PMDB	53,73118	0,43
PSC	63,11765	0,29
PR	64	1,34
PPS	27,73333	0
DEM	59,13793	0,58
PRTB	0	0
PHS	87,66667	36,33
PMN	83	0,66
PTC	0	0
PSB	116,7407	0,37
PV	45,71429	0,71
PSDB	47,74194	0,72
PSOL	260,3333	25,66
PCdoB	171,6667	0,5
PTdoB	0	0

Tabela 1: Média de mensagens recebidas pelos deputados por partido

Como podemos verificar, os deputados que receberam uma maior média de mensagens são oriundos do PSOL e do PCdo B, seguidos pelo PTB e do PSB. Destes quatro partidos, dois são considerados de esquerda (PCdo B e PSOL) e um de direita (PTB). Dos partidos com maior representação na Câmara, o PT (esquerda) está em sexto lugar geral, o PMDB e o PSDB (centro) respectivamente em 14º e 15º lugares. A seguir temos o gráfico sobre a média de mensagens recebidas e respondidas por deputados considerando a orientação ideológica do partido a que pertencem.

Gráfico 1: Média de mensagens recebidas e respondidas pelos deputados, considerando a orientação ideológica do partido a que pertencem.



Fonte: Porta da Câmara dos Deputados

Considerando a ideologia dos partidos a que estão filiados, a média de mensagens recebidas pelos deputados é de 106,04 para parlamentares de esquerda; 61,40 para parlamentares do centro; e de 77,24 para os da direita. Podemos concluir então que a hipótese aventada sobre o recebimento de mensagens pelos deputados no link “Fale com o Deputado” se confirmou, dado que a média de mensagens recebidas pelos deputados à esquerda é maior que dos deputados oriundos de partidos do centro e direita.¹¹

¹¹ Tendo significância estatística ao nível de 99% (em média recebem 38,46 mensagens a mais).

Em relação à média de mensagens respondidas, parlamentares de partidos de esquerda respondem em média apenas 3,48 mensagens, mas ainda assim superior à média de respostas de deputados de centro, 0,93 e de deputados de direita, 3,13. Neste caso a nossa hipótese não se confirmou, dado que o teste de hipótese não apresentou significância estatística.

PROCESSOS EM ANDAMENTO

Nos últimos anos, questões relacionadas à corrupção tem sido objeto de análise e acompanhamento por grande parte dos meios massivos brasileiros. A sociedade civil também tem se mobilizado em torno desta temática e tem exigido de seus representantes uma postura mais republicana, através da imposição do interesse público sobre os interesses privados. Dado que o tema tornou-se candente na sociedade brasileira, criamos uma hipótese relacionada a esta temática que consideramos relevante para o desenvolvimento de nosso estudo:

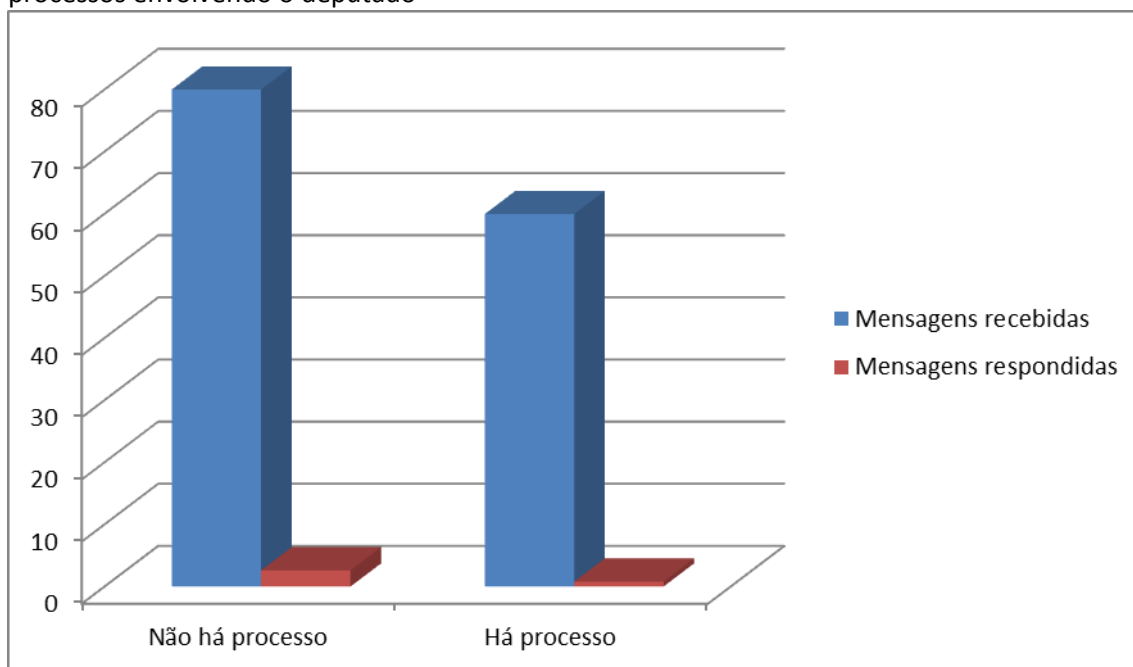
H - deputados com algum tipo de processo judicial em seu desfavor tenderiam a receber mais mensagens, em função da maior cobrança por parte da população, e tenderiam a responder menos, de forma a fugirem das cobranças da sociedade¹².

Para classificar os deputados segundo a variável discreta “processo judicial em desfavor” foi utilizado o levantamento realizado pelo site jornalístico “Congresso em Foco”¹³, entre setembro de 2009 e maio de 2010, que apontava para os deputados federais que respondiam a ações penais e inquéritos no Supremo Tribunal Federal. Para os fins deste trabalho, os parlamentares foram classificados segundo a presença (deputado que responde a ação penal ou inquérito) e ausência de processo, segundo o levantamento. Temos a seguir um gráfico que demonstra a média de mensagens recebidas e respondidas considerando a existência ou não de processos em desfavor dos deputados.

¹² Poderíamos também ter construído a hipótese no sentido contrário, ou seja, os parlamentares responderiam mais, de forma a dar alguma explicação para a sociedade. Preferimos a anterior para

¹³ Levantamento disponível no site: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/memoria/a-lista-de-todos-os-processados-no-stf/>

Gráfico 2: Média de mensagens recebidas e respondidas, considerando a existência ou não de processos envolvendo o deputado



Fonte: Portal da Câmara

A média de mensagens recebidas e respondidas é maior entre os deputados que não estão envolvidos em nenhum inquérito ou processo judicial, qual seja, 79,98 mensagens recebidas e 2,59 mensagens respondidas. Dentre os deputados que estão envolvidos em algum inquérito ou processo judicial a média é de 59,93 mensagens recebidas e 0,79 mensagens respondidas¹⁴.

¹⁴ A hipótese não se confirmou em função da ausência de significância estatística. Posteriormente poderemos analisar quais os tipos de processos que os parlamentares estão sujeitos (processos relacionados à vida pública do parlamentar, tais como corrupção ativa, passiva, injúria, difamação, falsidade ideológica, ou então relacionados à vida privada). Pode ser que encontremos alguma diferença entre os tipos de processo.

ÍNDICES DE ASSOCIATIVISMO POR ESTADO

Durante o período autoritário, mais especificamente nas décadas de 70 e 80, houve uma proliferação de novas associações voluntárias no Brasil (Wampler e Avritzer, 2004; Avritzer, 2002; Avritzer, 2007; Santos, 93). Tratava-se de um ressurgimento da sociedade civil na busca não só pela redemocratização do país, mas também pela busca de espaços públicos, onde novas demandas e identidades pudessem ser visibilizadas e debatidas. Segundo Wampler e Avritzer:

O crescimento do número de associações foi acompanhado por mudanças importantes no comportamento dos atores. Esses novos padrões incluíam uma maior propensão à participação de cidadãos, a emergência de novas associações que reivindicavam benefícios materiais como melhorias nos bairros, assim como associações que lidavam com demandas pós-materiais, como a proteção do meio ambiente e direitos humanos (Wampler e Avritzer, 2004)

No caso brasileiro, a ampliação dos espaços deliberativos como mecanismos de fiscalização e co-gestão de políticas públicas ocorreu fundamentalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que refletiu todo o processo de reconstrução democrática a partir da sociedade civil. O texto constitucional ampliou a possibilidade de participação dos cidadãos nas áreas de políticas públicas, além de institucionalizar o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Esta ampliação dos espaços participativos se materializou nos conselhos de política¹⁵ através de legislações específicas ou infraconstitucionais.

Na esfera local, outra experiência participativa desenvolvida no Brasil foi o Orçamento Participativo, uma instituição na qual os atores governamentais abrem mão da exclusividade que possuíam em controlar o orçamento do município e passam a partilhar esta soberania com assembleias regionais e temáticas operando com critérios e livre participação (Avritzer, 2007)¹⁶. Para que o OP pudesse se desenvolver, era também necessária a existência de uma tradição associativa na cidade analisada,

¹⁵ Segundo Avritzer (2007), os conselhos são como instituições híbridas nos quais têm participação atores do Executivo e atores da sociedade civil relacionados com a área temática na qual atuam, de forma a influenciarem a definição da agenda da política pública a eles vinculada. Ainda segundo o autor, existem atualmente mais de 10.000 conselhos no Brasil.

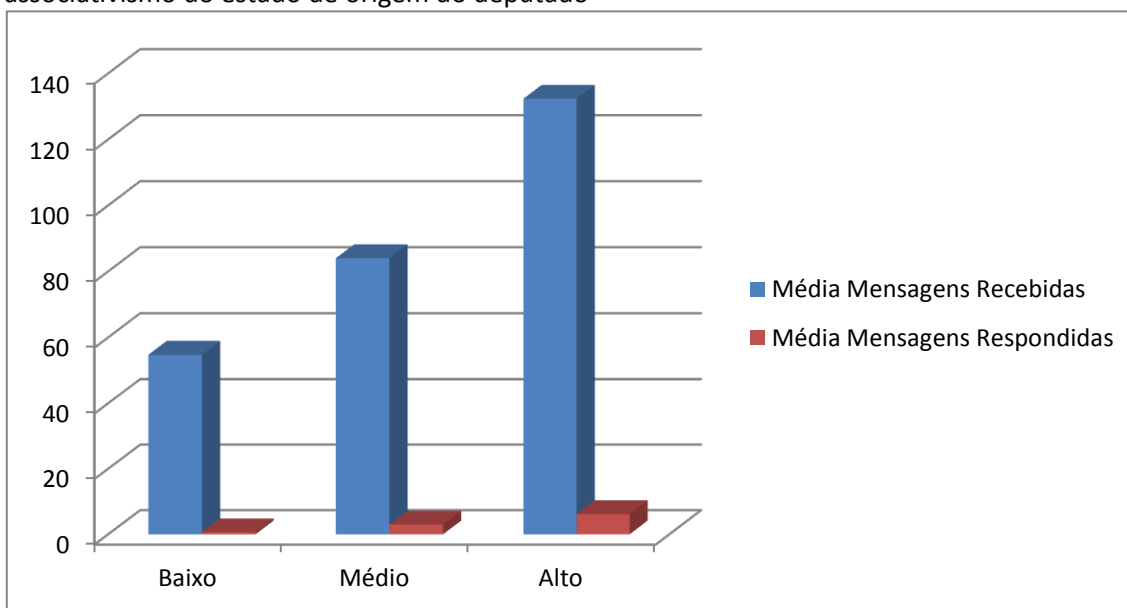
¹⁶ O grande número de trabalhos que versam sobre as experiências com o OP em diferentes cidades brasileiras torna desnecessária mais uma revisão sobre este assunto. Para uma literatura mais atual vide Abers, 2000; Avritzer, 2007; Avritzer e Navarro, 2003; Baiocchi, 2005.

pois de nada adiantaria a disponibilidade dos atores estatais em promover a ampliação dos espaços de participação se não houvesse uma contrapartida da sociedade em ocupar estes mesmos espaços. A partir destas constatações, foi possível elaborarmos uma nova hipótese em relação ao uso de novas tecnologias de informação e comunicação e sua apropriação pelos parlamentares:

H - Deputados oriundos de estados com maiores índices de associativismo tenderiam a receber e a responder mais mensagens que deputados oriundos de estados com menores índices de associativismo.

No presente trabalho, a variável independente contínua, Associativismo, foi retirada do estudo “Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL, 2005 - IBGE/IPEA/ABONG/GIFE) no Brasil, de 2005, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Avançadas (IPEA). Para sua melhor utilização foi considerada a população de cada Estado, do mesmo trabalho. Esta variável representa a proporção (percentual) de associações e fundações privadas presentes em cada uma das unidades da federação. Temos abaixo o gráfico sobre as médias de mensagens recebidas e respondidas, levando em consideração o grau de associativismo dos Estados de origem dos parlamentares.

Gráfico 3: Média de mensagens recebidas e respondidas, considerando o grau de associativismo do estado de origem do deputado



Fonte: Porta da Câmara dos Deputados

A média de mensagens recebidas é maior entre os deputados oriundos de estados com alto nível de associativismo (acima de 14%). De fato, esses deputados recebem, em média, 46,66 mais mensagens que aqueles oriundos dos estados onde o nível de associativismo é médio ou baixo¹⁷. Aqueles receberam, em média, 84 e 54,74 mensagens, respectivamente, enquanto estes receberam, em média, 132,32 mensagens. Desta forma, a nossa hipótese se confirmou.

A média de mensagens respondidas também é muito superior entre os deputados oriundos dos estados com alto nível de associativismo. Enquanto os deputados oriundos dos estados com médio e baixo nível de associativismo responderam, em média, 2,96 e 0,60 mensagens, os deputados oriundos dos estados com alto nível de associativismo responderam, em média, 6,15 mensagens¹⁸.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH

Outra variável independente estrutural que buscamos analisar foi o IDH. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entendido como uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano tem como objetivo mensurar o nível de atendimento das necessidades humanas básicas. O IDH é composto por três sub-itens: educação, renda e longevidade. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e a taxa de todas as matrículas em todos os níveis de ensino. O item renda é mensurado pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). O item longevidade é mensurado através dos números de expectativa de vida ao nascer. O índice global baseia-se no peso igual destes três itens, com variação de zero a um. A partir destes itens buscamos elaborar a seguinte hipótese:

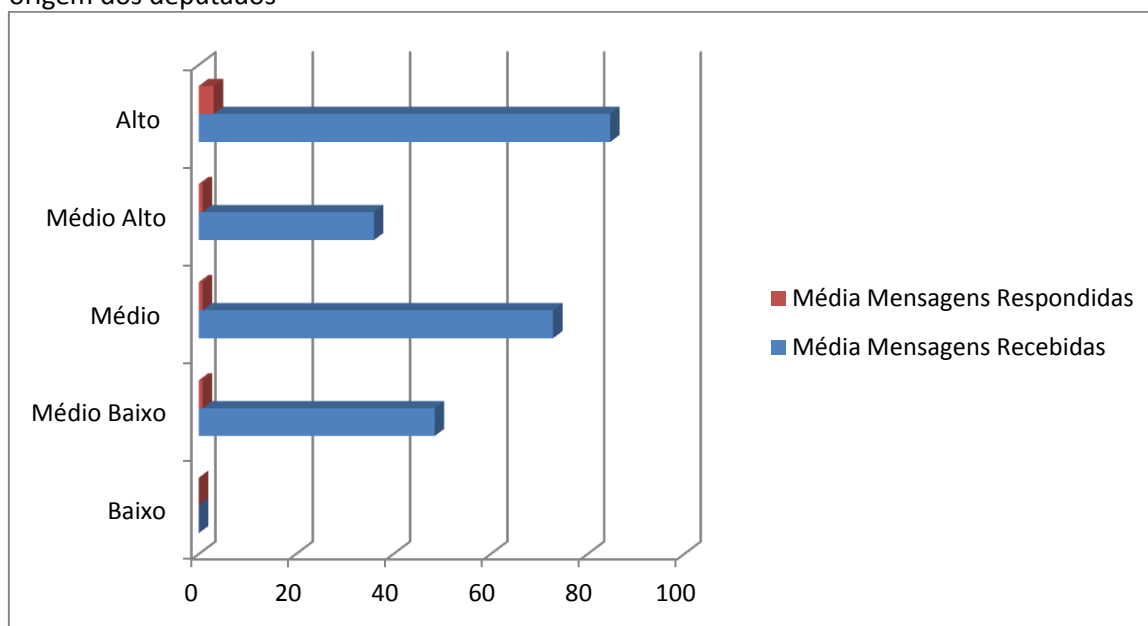
H - Os deputados oriundos de estados com maior IDH receberiam e também responderiam mais mensagens que deputados oriundos de estados com IDH menor.

¹⁷ Significância estatística de 99,9%.

¹⁸ Neste caso, não houve significância estatística, o que significa que nossa hipótese em relação às mensagens respondidas pelos parlamentares não se confirmou.

A variável independente “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) foi utilizada, com base no Estado pelo qual foi eleito o deputado, retirada do relatório “Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A experiência brasileira recente” PNUD/CEPAL/OIT (2005)¹⁹. Temos a seguir o gráfico com as médias de mensagens recebidas e respondidas, considerando o IDH dos Estados de origem dos deputados.

Gráfico 4: Média de mensagens recebidas e respondidas, considerando o IDH dos estados de origem dos deputados



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

A média de mensagens recebidas pelos deputados dos estados com alto IDH (0,779-0,874) é de 84,68, seguidos dos deputados dos estados com IDH médio (0,706-0,746), cuja média é de 72,85 mensagens. Já os deputados dos estados de baixo IDH (0,636-0,682) não receberam uma mensagem sequer, no período analisado, enquanto os deputados dos estados de IDH médio-baixo receberam (0,683-0,705), em média, 48,5 mensagens.

Em relação à média de mensagens respondidas pelos deputados dos estados com alto IDH é de 3,07 mensagens, enquanto as demais médias não ultrapassam uma mensagem. Parece que o índice de desenvolvimento humano, por si só, não intensifica

¹⁹ <http://www.eclac.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/EmpregoDesenvHumanoTrabDecente.pdf>

o contato entre parlamentares e cidadãos, pelo menos no que diz respeito ao canal analisado e no período em questão. Entretanto, quando consideramos o nível de acesso da população à internet – variável em colinearidade com o IDH – o cenário se modifica, conforme podemos observar no Gráfico nº 5.

ACESSO À INTERNET POR REGIÃO

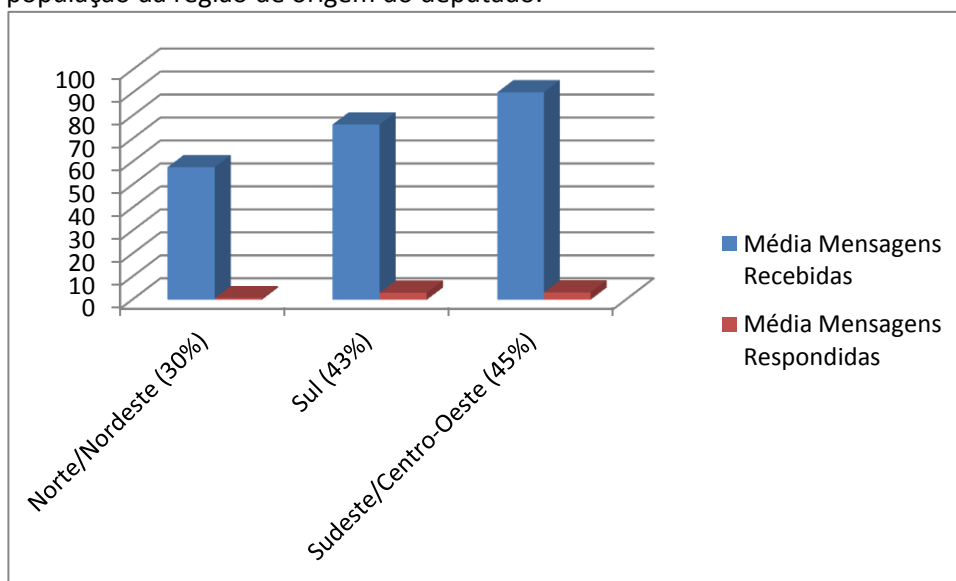
Desde o surgimento da internet e sua relativa popularização em diferentes países do mundo, uma das questões que tem mobilizado alguns autores tem sido a exclusão digital. Os altos níveis de desigualdade sócio-econômicas existentes principalmente nos países do Sul dificultam sobremaneira as interações a partir de plataformas eletrônicas (Everard, 2000; Toulouse e Luke, 1998; Wilhelm, 2000, Santos, 2006, Norris, 2001)²⁰. Neste sentido, a rede acaba por reforçar e refletir as desigualdades entre ricos e pobres. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, marcado por extremas desigualdades entre suas regiões e Estados, é de se esperar também que o acesso à internet seja desigual. Estas constatações nos permitiram elaborar a hipótese que se segue:

H - Parlamentares das regiões sul, sudeste e centro oeste responderiam mais mensagens que os das outras regiões e estados, dado que é nestas regiões que existe um maior acesso da população à internet.

A variável independente “acesso à internet” foi utilizada com base na região do Estado de origem do deputado, com base na pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil, entre 2005 e 2009, produzida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). O gráfico a seguir demonstra a média de mensagens recebidas e respondidas considerando-se o nível de acesso da população da região de origem do deputado.

²⁰ Para além da mera análise entre os que estão dentro ou fora do mundo virtual, a exclusão digital pode ser analisada, de acordo com Dimaggio e Hargittai (2001), sob cinco diferentes dimensões referentes à apropriação da internet: os meios técnicos através dos quais os indivíduos acessam a rede; a autonomia em relação ao uso, que analisa os locais de acesso, seja em casa, no trabalho ou em locais públicos; a competência técnica do usuário; a existência e disponibilidade do suporte social em relação ao uso; os objetivos do uso, que poderão ser econômicos, lúdicos ou políticos.

Gráfico 5: Média de mensagens recebidas e respondidas, considerando o nível de acesso da população da região de origem do deputado.



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

A média de mensagens recebidas pelos deputados obedece, claramente, a progressão do percentual de acesso da população à internet. Deputados oriundos da região sudeste, onde 45% da população possui acesso à rede, recebem, em média 90,27 mensagens, enquanto os deputados oriundos das regiões norte e nordeste do país, onde 30% da população acessa à internet, recebem, em média, 57,67 mensagens. Os deputados oriundos dos estados onde o acesso da população à internet supera os 43% (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) recebem, em média, 29,09 mensagens a mais do que aqueles oriundos dos estados do norte e nordeste, onde o acesso à população não supera os 30% (significância estatística de 99,9%). Neste caso temos a confirmação de nossa hipótese.

Em relação às mensagens respondidas a hipótese também se confirma, dado que temos uma média maior entre os deputados oriundos das regiões onde o percentual de acesso da população à internet é superior a 43%. Em média, esses deputados respondem 2,46 mensagens a mais²¹.

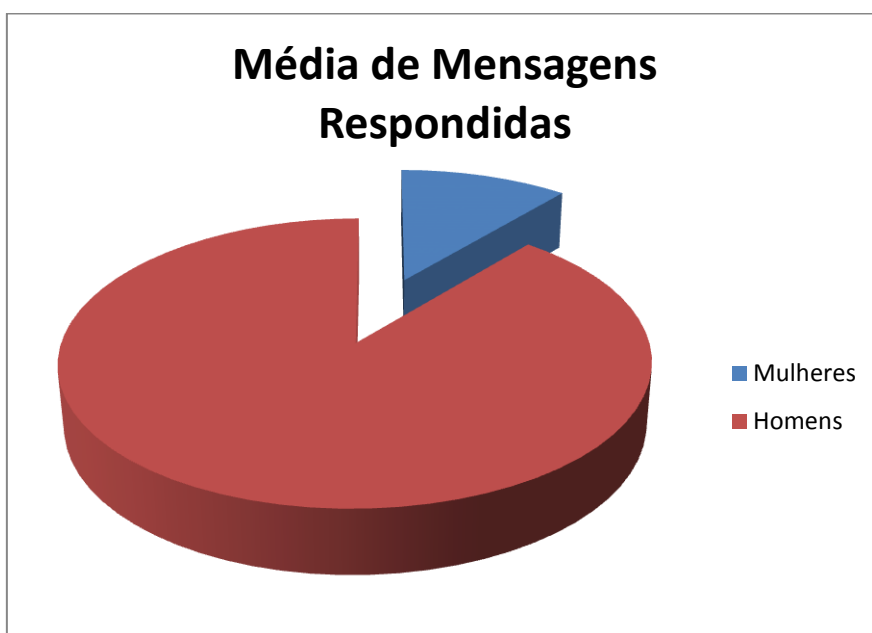
²¹ Significância estatística de 90%.

GÊNERO

Apesar de alguns estudos indicarem que a exclusão digital relativa a gênero tem diminuído - como o caso chinês - ou desaparecido - como no caso americano (Liff and Shepherd, 2004) a literatura ainda indica que, ao qualificarmos a noção de acesso, a apropriação da internet ocorre de forma desigual quando analisada sob a ótica do gênero. Para tanto, Liff e Shepherd vão desenvolver quatro dimensões do acesso, sendo elas: acesso técnico; habilidade para se apropriar do acesso; real apropriação do acesso; e impacto do acesso (2004). Quando analisadas estas dimensões, a conclusão a que chegaram é a de que, apesar de mais sutil, a exclusão digital baseada no gênero continua existindo, tanto em termos de quantidade e qualidade do uso que homens e mulheres têm, quanto da confiança que possuem em utilizar esta tecnologia. Neste sentido, seria razoável imaginarmos que a apropriação entre parlamentares homens ou mulheres poderia ser diferente, mesmo sabendo que ambos teriam as condições institucionais idênticas para acessarem a rede. Por isto elaboramos a hipótese abaixo.

H - Parlamentares homens acessam mais a internet, e por isto tenderiam a responder mais as mensagens recebidas pelo link "Fale com o deputado" do que as parlamentares mulheres.

Gráfico 6: Média de mensagens respondidas, considerando o sexo dos deputados



A média de mensagens respondidas é maior entre os homens do que entre as mulheres. Enquanto os homens responderam, em média, 2,27 mensagens, as mulheres responderam, apenas 0,28 mensagens, em média.

EXISTÊNCIA VIRTUAL

Sintomas da fragilidade de nossas democracias contemporâneas se manifestam, entre outras formas, através da diminuição do comparecimento às urnas nos períodos eleitorais, assim como a perda de expressão dos partidos políticos, que não têm sido capazes de agregar e representar a diversidade de interesses presentes em nossas sociedades. Sendo assim, uma das estratégias dos atores políticos tem sido o fortalecimento de vínculos diretos com seus eleitores, através da utilização dos meios midiáticos. Segundo Lavallo et al:

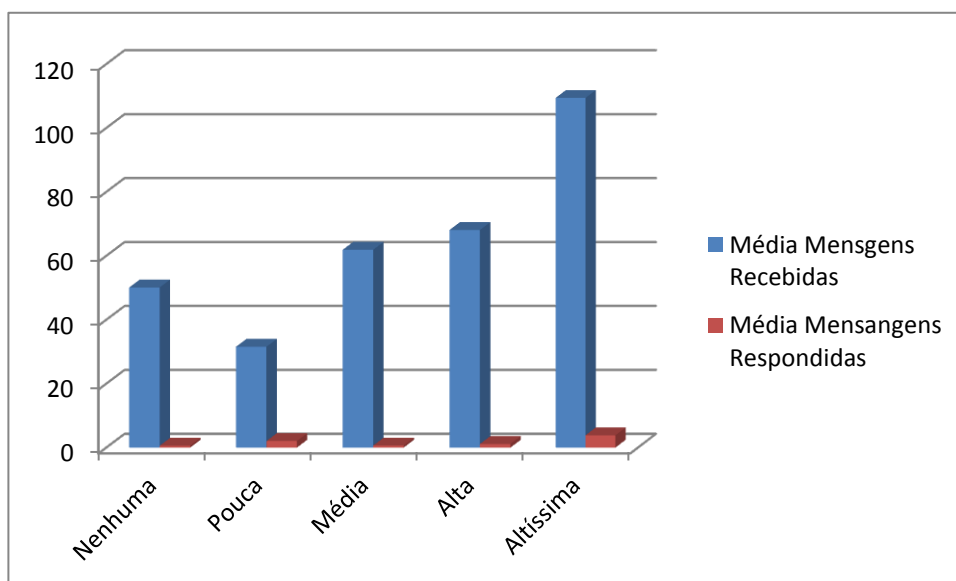
Em última análise, emerge a mídia como elemento preponderante na "emancipação" dos candidatos em relação às estruturas partidárias, graças a sua capacidade de ligá-los simbolicamente com os eleitores dispensando a manutenção das custosas estruturas de enraizamento e mobilização dos partidos de massas (2006).

Com o advento das novas TICs não seria estranho imaginarmos que, dado o contexto acima descrito, os parlamentares, preocupados em conquistar e manter eleitores, iriam se apropriar destas tecnologias de forma a construir uma relação mais direta e pessoal com os cidadãos, *dispensando a manutenção das custosas estruturas de enraizamento e mobilização dos partidos de massas* (Lavallo et al, 2006). A internet oferece, inclusive, a possibilidade dos políticos oferecerem suas visões, propostas e interpretações de determinados fatos políticos sem a mediação dos meios massivos, que sempre poderiam, hipoteticamente, interpretar os mesmos fatos de forma desfavorável ao político. O desenvolvimento de perfis em plataformas sociais, de blogs e sites seria, portanto, uma excelente estratégia dos parlamentares para alcançar esta proximidade tão necessária nos contextos democráticos contemporâneos. A partir destas constatações elaboramos a hipótese a seguir:

H - quanto maior a presença dos parlamentares no mundo virtual, maior será o número de mensagens que irão receber e também maior será o número de mensagens que irão responder.

A variável discreta que avalia a presença dos deputados nas redes sociais foi construída após a realização de pesquisa nas redes sociais (Orkut²², Facebook²³ e Twitter²⁴), utilizando perfil de usuário, e no site de buscas Google²⁵ para blogs e/ou sites dos deputados. Esta pesquisa foi realizada entre abril e maio de 2011. Os resultados foram somados (considerando um para presença e zero para ausência). Para a existência de blogs ou site pessoal dos deputados, foi atribuído valor igual a 1. Os deputados, então, quanto à presença nas redes sociais, foram classificados como “nenhuma presença” (soma igual a 0); “Baixa presença” (resultado igual a 1); média presença” (soma igual a 2); “alta presença” (soma igual a 3); e “altíssima presença” (soma igual a 4).

Gráfico 7: Média de mensagens recebidas e respondidas, considerando o nível de exposição do deputado em redes sociais (sua existência virtual)



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

²²[http:// www.orkut.com](http://www.orkut.com)

²³<http:// www.facebook.com>

²⁴ <http://www.twitter.com>

²⁵ <http://www.google.com>

Os deputados que possuem existência virtual alta e altíssima, com exposição em três ou quatro redes sociais, recebem, em média, 46, 51 mensagens a mais do que os demais. Em média, um deputado com altíssima exposição virtual recebe 109,38 mensagens, enquanto um deputado com pouca exposição recebe 31, 52 mensagens. A hipótese de que os deputados com consolidada existência virtual recebem mais mensagens do que os demais se confirmou²⁶. Também são os deputados com altíssima exposição na rede os que, em média, respondem o maior número de mensagens (3,84)²⁷.

FAIXA ETÁRIA

No Brasil, os principais usuários da internet se concentram nas faixas etárias de 16 a 24 e de 25 a 34 anos²⁸. Pesquisas internacionais também indicam que aqueles que já eram ativos politicamente antes da internet são os mais ativos também online, sendo majoritariamente jovens e bem educados (Bimber 2001, Brundidge and Rice, 2010). Em relação a parlamentares estaduais no Brasil, Cruz (2011) aponta para o uso preponderante de websites pelos deputados mais jovens (na faixa entre 21 e 45 anos). A partir destas referências construímos a hipótese abaixo:

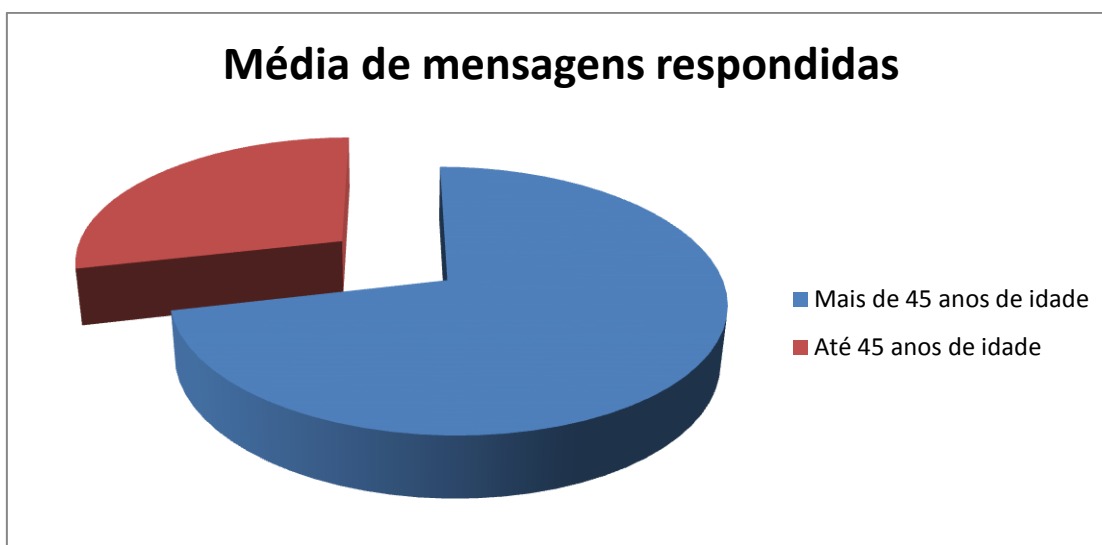
H - Pesquisas indicam que os mais jovens são aqueles que mais acessam à rede. Se os parlamentares mais jovens também acessam mais a rede, deverão, por consequência, responder mais às mensagens do link "Fale com o deputado" que os parlamentares mais velhos.

²⁶ Com grau de significância estatística de 99,9%.

²⁷ Mas a nossa hipótese não se confirmou, dado que o teste de hipótese não apresentou significância estatística.

²⁸ Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: 2005-2009 (coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa} - São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010

Gráfico 8: Média de mensagens respondidas, considerando a idade dos deputados



Fonte: Porta da Câmara dos Deputados

Como podemos verificar no gráfico acima, a média de mensagens respondidas é maior entre os deputados mais velhos. Enquanto os deputados com mais de 45 anos de idade responderam, em média, 2,31 mensagens, os deputados com menos de 45 anos de idade responderam, em média, 0,92 mensagens, no período analisado.

DOS MODELOS DE REGRESSÃO

Após a análise descritiva dos dados e a realização dos testes de nossas hipóteses, foi realizada uma estimação de modelos de regressão para verificar quais seriam os fatores que influenciariam, por um lado, o envio pelos cidadãos de mensagens para os parlamentares e, por outro, as respostas dadas pelos parlamentares a estas mensagens.

Tabela 2: Efeitos estimados sobre a média de mensagens recebidas (variável dependente) considerando o nível de acesso da população à internet (por região), o nível de associativismo dos estados originários dos deputados, a ideologia partidária dos deputados, e sua existência virtual.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	4,524***	4,437***	4,493***	4,415***
Variáveis Independentes				
Acesso da população à internet	0,310*** (0,0868)	0,257*** (0,0901)	0,308*** (0,0865)	0,259*** (0,0899)
Associativismo	0,499*** (0,127)	0,495*** (0,126)	0,468*** (0,128)	0,468*** (0,127)
Existência Virtual		0,182** (0,0886)		0,169* (0,0888)
Ideologia Partidária à esquerda			0,166* (0,0988)	0,148 (0,0988)
Observações	257	257	257	257
R²	0,144	0,158	0,154	0,166
R² Ajustado	0,1375	0,1482	0,1436	0,1524

OBS: Exponencial do erro-padrão entre parênteses; *** significante ao nível de 99%; ** significante ao nível de 95%; * significante ao nível de 90%. O resultado do teste de multicolinearidade aponta valores VIF inferiores a 1,5 para todas as variáveis – o valor mais alto obtido foi 1,04, sendo a média total 1,02.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados

Como se pode observar na Tabela 2, o nível de acesso da população à internet e o grau de associativismo dos estados de origem dos deputados possuem significância estatística e econômica em todos os modelos rodados, confirmando a análise de

correlação linear realizada²⁹ (Modelo 1). Ao considerarmos a existência virtual dos deputados (Modelo 2), também verificamos significância econômica e estatística. O mesmo ocorre quando consideramos a ideologia partidária do deputado (Modelo 3). Contudo, quando consideramos o conjunto das quatro variáveis, observamos que a existência virtual diminui sua significância econômica (0,182 para 0,169) e a ideologia partidária diminui a significância econômica (0,166 para 0,148) e perde significância estatística. Isso parece indicar um grau elevado, para o modelo, de correlação entre ambas variáveis, que, portanto, captam a mesma dimensão do fenômeno.

O que se observa, portanto, é que o modelo que melhor explica o fenômeno (Modelo 4) é capaz de elucidar o fenômeno parcialmente ($R^2=0,166$)³⁰, indicando que o fato de o deputado ser oriundo de um estado com alto nível de acesso da população à internet aumenta em 8,1% o total de mensagens por ele recebida. O fato de o deputado ser oriundo de um estado com alto nível de associativismo aumenta em 19,3% o número de mensagens por ele recebidas. Uma existência virtual consolidada, isto é, a exposição em pelo menos três redes virtuais, aumenta em quase 4,7% o número de mensagens recebidas pelo deputado. Por fim, o fato de o deputado ser oriundo de um partido de esquerda, aumenta em 4% o número de mensagens por ele recebidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou analisar um conjunto de dados secundários que nos ajudasse a explicar as razões que levariam os parlamentares da Câmara dos Deputados a receberem mensagens enviadas por cidadãos, num primeiro momento, e, posteriormente, a respondê-las ou não através do link “Fale com o Deputado” no site do Portal da Câmara. Para tanto, realizamos uma análise descritiva dos dados, testamos nossas hipóteses e por último realizamos uma estimação de modelos de regressão.

²⁹ Os valores de r de Pearson para as variáveis foram 0,3039 para a variável acesso da população à internet, e 0,3182 para a variável associativismo, ambas com significância estatística de 99,9%.

³⁰ Aproximadamente 17% da variação na variável dependente (número de mensagens recebidas) pode ser explicada por esse modelo.

Os principais achados em relação a algumas das variáveis independentes confirmam estudos já realizados: parlamentares de partidos de esquerda recebem e respondem, em média, mais mensagens que parlamentares de partidos de centro e de direita; parlamentares oriundos de Estados com altos índices de associativismo recebem e respondem, em média, mais mensagens que parlamentares de Estados com índices de associativismo médio ou baixo. O mesmo ocorreu em relação aos índices de acesso à internet nas diferentes regiões brasileiras: quanto mais alto o acesso, maior a média de mensagens recebidas e respondidas pelos parlamentares. A variável independente “gênero” também confirmou a literatura, pois a média de mensagens respondidas é maior entre os homens do que entre as mulheres.

Os dados relativos às variáveis independentes “existência virtual”, “IDH” e “processos em andamento” também foram bem interessantes. Parlamentares com altíssima existência virtual são os que mais recebem e respondem mensagens em média, se comparados a todos os outros parlamentares com existências virtuais inferiores àquela. Em relação ao IDH nossos achados nos permitem concluir que esta variável independente não impacta o contato entre parlamentares e cidadãos através do link “Fale com o Deputado”, dado que parlamentares oriundos de Estados com IDH-médio ou médio baixo recebem, em média, mais mensagens que aqueles oriundos de Estados com IDH-médio alto. No caso da existência de processos contra os parlamentares, aqueles sem processos recebem e respondem mais mensagens em média do que aqueles que possuem algum processo em seu desfavor. No caso de mensagens recebidas, nossa hipótese seguia em sentido contrário, pois acreditávamos que a existência de processos judiciais em desfavor do parlamentar faria com que os cidadãos enviassem, em média, mais mensagens aos mesmos.

Em relação à variável independente “faixa etária” nossos achados não corroboraram a literatura, pois imaginávamos que quanto mais jovens fossem os parlamentares, maior seria a média de mensagens respondidas pelos mesmos. Não foi isto o que encontramos, o que nos permite imaginar que, talvez, parlamentares mais velhos já estejam há mais tempo no parlamento e, por isto, dominem melhor os meandros da atividade parlamentar, o que facilitaria inclusive a sua interação com os cidadãos através das TICs.

Por último, o modelo de regressão que melhor explicou o fenômeno por nós analisado indicou que as variáveis independentes “índice de associativismo”, “acesso à internet”, “existência virtual” e “ideologia” impactam, em níveis distintos, a média de mensagens recebidas pelos parlamentares.

BIBLIOGRAFIA

- Anastasia, F. E Nunes, F. A reforma da representação. In: Avritzer e Anastasia. *Reforma política no Brasil*. BH: Ed. UFMG, 2006
- Avritzer, L. *Democracy and Public Space in Latin America*, Princeton: Princeton University Press, 2002
- Avritzer, L. *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- Castro, Nunes e Anastasia (2009)
- BARBER, B.R. 1999. Three scenarios for the future of technology and Strong Democracy. In: *Political Science Quarterly*, Vol. 113, No. 4, pp. 573-589.
- BIMBER, B. T he Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerated Pluralism *Polity*, V. 31, N. 1 pp. 133-160, 1998
- BIMBER, B, STHOL, C and FLANAGIN, A.J. 2009 Technological change and the shifting nature of political organization. In: CHADWICK, A. & HOWARD, P. N. (eds.) *The Routledge Handbook of Internet Politics* London: Routledge.
- BOHMAN, James. Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. *The Sociological Review*, 52(1), p. 131-155, 2004.
- BOHMAN, James. *Public Deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT, 1996. 303p.
- BRUNDIDGE, J. and RICE, R.E. *Political engagement online - do the information rich get richer and the like-minded more similar?* In: CHADWICK & HOWARD. *The Routledge Handbook of Internet Politics* London: Routledge, 2009.
- CHADWICK & HOWARD, P (Eds.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*, New York: Routledge, 2010.
- CHAMBERS, Simone. Deliberative Democratic Theory. *Annual Review of Political Science*, v. 6, p. 307–326, 2003.
- Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: 2005-2009 (coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa} - São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010
- Cruz, Leticia, C. 2011 *Elites Parlamentares e NTICs: um estudo sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros da 16ª legislatura (2007-2011)*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência Política, da Universidade Federal do Paraná.

- HARDY, B.W., JAMIESON, K.H. and WINNEG, K. 2009 The role of the internet in identifying deception during the 2004 US presidential campaign. In: CHADWICK & HOWARD. *The Routledge Handbook of Internet Politics* London: Routledge.
- LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P. and CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Lua Nova [online]. 2006, n.67
- Marengo, S.; Serna, M. 2007 *Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais*. In: RBCS, vol. 22, nº 64.
- NORRIS, P. *Digital divide: Civic engagement, information poverty & and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Santos, W.G. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993
- Wampler, B. e Avritzer, L. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: Coelho, V.S e Nobre, M. (orgs). *Participação democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004